

EPISTEMOLOGIAS DO SUL E A FALÁCIA DA DEMOCRACIA IMPORTADA: REFLEXÕES DECOLONIAIS SOBRE O MODELO DE GOVERNO EM MOÇAMBIQUE

Alfino Zaqueu Alberto
Ndlalane¹

RESUMO

Este estudo investiga a falácia da democracia importada em Moçambique, com ênfase nas implicações da colonialidade do poder e nas alternativas decoloniais para uma governança mais legítima. A questão central que orienta a pesquisa é: em que medida o modelo democrático ocidental, implementado em Moçambique após a independência, contribui para os desafios da governança e quais contribuições as Epistemologias do Sul podem oferecer para construir um sistema político mais representativo e alinhado às realidades locais? A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e bibliográfica, fundamentada na análise de obras teóricas e acadêmicas que discutem as relações entre democracia, colonialidade e epistemologias alternativas. O estudo revisita os conceitos de colonialidade do poder (Quijano, 2000) e epistemologias do Sul (Santos, 2009) para compreender como a persistência de estruturas coloniais impacta a democracia em Moçambique. Entre os principais achados, destaca-se que a imposição de modelos democráticos ocidentais, sem considerar os saberes e práticas locais, resulta em crises de legitimidade e frustração popular, afastando o sistema político das necessidades reais da população. Além disso, identifica-se uma marginalização dos sistemas tradicionais de governança, como os conselhos de anciãos e lideranças comunitárias, que continuam a desempenhar papéis essenciais na organização social local. O estudo propõe uma reflexão crítica sobre a construção de uma democracia decolonial, que valorize as práticas de governança indígenas e promova a inclusão dos saberes locais na política. A pesquisa sugere que a construção de um modelo de governança mais eficaz deve emergir de dentro das sociedades africanas, respeitando suas tradições e contextos específicos, sem subordinação ao modelo político ocidental.

Palavras-chave: Colonialidade do poder, Democracia decolonial, Epistemologias do Sul, Governança em Moçambique.

ABSTRACT

This study investigates the fallacy of imported democracy in Mozambique, with an emphasis on the implications of the colonality of power and decolonial alternatives for

¹ Licenciado em Ensino de História e Geografia pela Universidade Pedagógica de Moçambique (Maputo), Mestre em Ciências de Educação pelo Instituto Superior de Gestão e Empreendedorismo Gwaza Muthini (Maputo). Atualmente é Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Ouro Preto – ICHS/UFOP. Cel: (+258872817443). E-mail: jalanealfino5@gmail.com

more legitimate governance. The central question guiding the research is: to what extent does the Western democratic model, implemented in Mozambique after independence, contribute to governance challenges, and what contributions can the Epistemologies of the South offer in building a more representative political system aligned with local realities? The research adopts a qualitative and bibliographical approach, based on the analysis of theoretical and academic works that discuss the relationships between democracy, coloniality, and alternative epistemologies. The study revisits the concepts of coloniality of power (Quijano, 2000) and Epistemologies of the South (Santos, 2009) to understand how the persistence of colonial structures impacts democracy in Mozambique. Among the key findings, it is highlighted that the imposition of Western democratic models, without considering local knowledge and practices, leads to legitimacy crises and popular frustration, distancing the political system from the real needs of the population. Additionally, there is the identification of a marginalization of traditional governance systems, such as councils of elders and community leaders, which continue to play essential roles in local social organization. The study proposes a critical reflection on the construction of a decolonial democracy, which values indigenous governance practices and promotes the inclusion of local knowledge in politics. The research suggests that the construction of a more effective governance model should emerge from within African societies, respecting their traditions and specific contexts, without subordination to the Western political model.

Keywords: Coloniality of power, Decolonial democracy, Epistemologies of the South, Governance in Mozambique.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre democracia em África tem sido marcada por um intenso debate em torno da eficácia e adequação dos modelos políticos adoptados pelos países do continente. No caso de Moçambique, a experiência democrática tem sido permeada por desafios estruturais que remetem à influência colonial e à permanência de sistemas políticos herdados do Ocidente. A imposição de modelos democráticos ocidentais sem considerar os saberes e práticas locais levanta questionamentos sobre a legitimidade e a aplicabilidade desses sistemas em contextos africanos.

A partir da perspectiva das Epistemologias do Sul, proposta por Boaventura de Sousa Santos, torna-se essencial repensar a democracia a partir das realidades e experiências dos povos africanos. Esse referencial teórico critica a hegemonia do pensamento eurocêntrico e propõe um olhar voltado para os saberes subalternizados, defendendo que a construção democrática deve emergir das necessidades e dinâmicas internas das sociedades africanas, e não ser imposta como um modelo único e universal.

A história política de Moçambique demonstra que, mesmo após a independência, o país continuou a estruturar suas instituições políticas e governamentais com base em princípios herdados da colonização. O sistema multipartidário, implementado a partir dos Acordos de Paz de 1992, seguiu padrões ocidentais de democracia representativa, desconsiderando em grande parte os mecanismos tradicionais de governança e participação popular que já existiam antes da dominação colonial. Esse distanciamento entre o modelo político imposto e as práticas locais têm contribuído para crises de legitimidade, instabilidade política e frustração popular.

A imposição do modelo democrático ocidental também ignora o papel dos sistemas tradicionais de governança que ainda são fundamentais na organização social de várias comunidades moçambicanas. Lideranças comunitárias, conselhos de anciãos e outras formas tradicionais de tomada de decisão foram historicamente marginalizados pelo Estado, criando um vácuo entre a governança estatal e as dinâmicas sociais locais. Esse afastamento gera um descompasso entre o sistema formal e as necessidades reais da população, resultando na fragilização da democracia e no enfraquecimento da participação cidadã.

Diante desse cenário, a presente pesquisa busca questionar a eficácia da democracia importada em Moçambique e explorar alternativas decoloniais para um modelo de governança mais alinhado às realidades locais. O estudo se fundamenta na crítica à colonialidade do poder, conceito desenvolvido por Aníbal Quijano, que explica como as estruturas coloniais persistem nas esferas política, económica e social, mesmo após a independência formal dos países africanos.

A problemática central desta investigação reside na seguinte questão: Em que medida o modelo democrático importado contribui para os desafios da governança em Moçambique e como as Epistemologias do Sul podem oferecer novas perspectivas para a construção de um sistema político mais legítimo e representativo? Para responder a essa questão, será necessário analisar criticamente a trajetória política do país e identificar as limitações do atual modelo de governo.

O objectivo geral desta pesquisa é analisar a falácia da democracia importada em Moçambique a partir das Epistemologias do Sul, refletindo sobre alternativas decoloniais para a construção de um modelo político mais adequado às realidades locais. Para atingir esse objectivo, a pesquisa se desdobra nos seguintes objectivos específicos: (i) compreender os impactos da colonialidade do poder na política moçambicana, (ii) examinar as limitações do modelo democrático ocidental no contexto moçambicano e (iii) propor caminhos alternativos para um modelo de governança enraizado nas realidades e saberes locais.

Metodologicamente, esta pesquisa adota uma abordagem puramente qualitativa, com enfoque bibliográfico, fundamentando-se na análise crítica de produções académicas e teóricas que abordam a relação entre democracia, colonialidade e epistemologias alternativas. O estudo baseia-se em autores como Boaventura de Sousa Santos, Aníbal Quijano, Frantz Fanon, Walter Dignolo e Achille Mbembe, cujas obras fornecem subsídios teóricos para repensar a política africana a partir de uma perspectiva decolonial.

A pesquisa foi conduzida por meio de um levantamento bibliográfico rigoroso, contemplando livros, artigos científicos, dissertações e teses que discutem a relação entre democracia e colonialidade em África, com um foco específico em Moçambique. O objectivo dessa revisão não é apenas descrever as ideias já existentes, mas também propor uma reflexão crítica sobre como a imposição de modelos ocidentais tem impactado a governança no país.

Além da análise bibliográfica, a pesquisa se apoia na hermenêutica crítica para interpretar as produções académicas e discursos políticos sobre democracia em Moçambique. Essa abordagem permite compreender os discursos subjacentes na

construção das instituições políticas e identificar as contradições entre o ideal democrático e a sua aplicação prática no contexto moçambicano.

O presente estudo pretende contribuir para o debate sobre a necessidade de repensar a democracia em África, rompendo com a lógica da imposição de modelos externos e valorizando as formas de organização política que emergem das realidades locais. Acredita-se que uma abordagem decolonial possa oferecer subsídios para a construção de uma democracia mais inclusiva e alinhada com os interesses da população moçambicana.

A relevância desta pesquisa reside na possibilidade de fornecer uma nova lente para analisar os desafios políticos enfrentados por Moçambique, distanciando-se das narrativas tradicionais que naturalizam a democracia liberal como a única via possível. Ao trazer para o centro do debate as Epistemologias do Sul, busca-se resgatar saberes marginalizados e reconhecer a importância das experiências africanas na construção de sistemas políticos legítimos e eficazes.

Por fim, este estudo não pretende apenas apontar os problemas do modelo democrático imposto, mas também abrir espaço para um diálogo mais amplo sobre alternativas que possam fortalecer a participação cidadã e a governança em Moçambique. A construção de um modelo político mais legítimo e representativo passa pela valorização das formas tradicionais de organização e pela superação das amarras coloniais que ainda condicionam o cenário político do país.

1. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E A CRÍTICA À COLONIALIDADE DO PODER

O conceito de Epistemologias do Sul, elaborado por Boaventura de Sousa Santos, é uma crítica contundente à predominância do conhecimento ocidental e à marginalização dos saberes das regiões do Sul Global. Segundo Santos (2009), a epistemologia do Sul visa reconhecer e valorizar as formas de saber que foram subjugadas e silenciadas pela colonialidade, isto é, pelo processo de imposição do conhecimento europeu durante e após o período colonial. Para Santos, a ideia de "epistemologias do Sul" é uma tentativa de romper com a hegemonia do saber ocidental e criar um campo de conhecimento que parta das realidades e experiências locais, principalmente em contextos históricos decoloniais.

A crítica à colonialidade do poder, proposta por Quijano (2000), é um conceito fundamental para compreender a estrutura de dominação que persiste em muitas sociedades pós-coloniais, inclusive em Moçambique. Quijano (2000) argumenta que a colonialidade não é um fenómeno meramente histórico, mas uma estrutura que continua a moldar as relações sociais, políticas e económicas nos países pós-coloniais. A colonialidade do poder refere-se à continuidade da lógica colonial que organiza e hierarquiza o poder, o conhecimento e a cultura em um sistema que favorece o Ocidente e subordina as culturas e as epistemologias africanas e indígenas. Essa estrutura de poder invisível contribui para a manutenção de desigualdades, pois os países do Sul Global continuam a ser tratados como "outros" dentro de uma ordem mundial que valoriza principalmente os saberes e práticas europeias.

Santos (2009) argumenta que essa colonialidade do poder se manifesta em diversas esferas, incluindo a política e a educação. No contexto africano, e particularmente em Moçambique, a imposição de um modelo político e de governança

liberal-democrático, fortemente inspirado no Ocidente, resulta da continuidade das estruturas coloniais. Santos (2009) sugere que, para superar esse processo, é necessário adotar uma epistemologia decolonial que resgate os saberes locais e as formas de governança tradicionais, que foram desvalorizadas durante a colonização.

A crítica de Quijano (2000) é central para compreender as tensões que surgem quando os países africanos tentam adotar os modelos de governança ocidentais, sem questionar as bases coloniais que esses modelos carregam. No caso de Moçambique, a transição para a democracia multipartidária após os Acordos de Paz de 1992 seguiu um modelo que não apenas ignorou as práticas de governança tradicionais, mas também reafirmou um sistema político que continua a ser influenciado pela colonialidade do poder. Isso levou à criação de um sistema político que, embora democraticamente legitimado, não atende totalmente às necessidades do povo, refletindo uma contínua subordinação ao modelo ocidental.

A epistemologia decolonial também é abordada por Mignolo (2011), que propõe a ideia de uma "descolonização do saber". Mignolo (2011) critica a ideia de que a modernidade e a democracia, como concebidas no Ocidente, são universais e adequadas para todas as sociedades. Para ele, os povos do Sul têm uma história de formas próprias de governança, que devem ser valorizadas e resgatadas. A busca por uma epistemologia decolonial envolve a desconstrução do conhecimento ocidental e o fortalecimento de uma nova ordem epistêmica que permita aos povos africanos, incluindo os moçambicanos, viverem de maneira mais autêntica e sem a subordinação a um modelo imposto externamente.

Nesse contexto, a colonialidade do poder também se reflete na maneira como o conhecimento e a educação são estruturados em Moçambique. A educação, como um campo privilegiado de produção de conhecimento, continua a ser dominada por um currículo que favorece os saberes ocidentais. Isso se reflete em uma formação de lideranças e em um sistema educacional que não valoriza as formas de saber locais, dificultando a construção de um modelo de governança mais conectado à realidade sociocultural do país.

As Epistemologias do Sul buscam não apenas desafiar o conhecimento dominante, mas também fornecer alternativas que permitam aos países africanos, como Moçambique, construir um modelo político e educacional mais alinhado com suas realidades. Segundo Santos (2009), a prática de uma epistemologia decolonial é essencial para redefinir a democracia em África, uma vez que ela oferece um novo modo de entender e praticar a política, que deve emergir dos saberes históricos, culturais e sociais do continente.

A crítica à colonialidade do poder e a valorização das Epistemologias do Sul são, portanto, fundamentais para entender a construção de uma democracia mais inclusiva e legítima em Moçambique. Os saberes locais e as práticas comunitárias devem ser parte integrante da construção de um modelo político que vá além da simples adoção de um sistema ocidental. Como aponta Mignolo (2011), é necessário buscar uma democracia decolonial que, ao contrário da democracia liberal, seja enraizada nas realidades africanas e reconheça a pluralidade de saberes e formas de governança que existiram antes da colonização e que continuam a ser relevantes para as sociedades contemporâneas.

2. A COLONIALIDADE DA DEMOCRACIA: DESAFIOS NO CONTEXTO MOÇAMBICANO

A questão da colonialidade da democracia em Moçambique, como em muitos outros países pós-coloniais, surge da imposição de um sistema político ocidental que não considera as complexidades culturais e históricas locais. A democracia, como modelo de governo, foi introduzida em Moçambique principalmente após a independência, com a adoção de um sistema multipartidário nos anos 1990. No entanto, como argumenta Quijano (2000), esse modelo de democracia é fortemente influenciado pelas estruturas coloniais de poder e não reflecte as realidades socioculturais africanas. Segundo Quijano, a colonialidade da democracia é a persistência de uma ordem política e social que foi formada e legitimada pelo colonialismo, com ênfase em um processo de governança que favorece o Ocidente e desconsidera as formas de organização política indígenas.

A crítica de Quijano (2000) é amplificada por Santos (2009), que expande o conceito de colonialidade do poder para além das dimensões económicas e sociais, incluindo a política e as formas de governança. Para Santos, a adoção de modelos democráticos ocidentais em contextos africanos, como o caso de Moçambique, não pode ser considerada uma transição para um governo legítimo, pois esses modelos são, em sua essência, construções coloniais que não conseguem responder às demandas e à diversidade cultural dos povos africanos. A imposição de sistemas políticos exógenos, sem adaptação aos contextos locais, cria uma desconexão política e uma legitimidade questionável. Em Moçambique, a democracia multipartidária, embora formalmente implementada, se apresenta como um reflexo das demandas internacionais e da pressão externa, principalmente do Ocidente, e não necessariamente como uma manifestação genuína do povo moçambicano.

Bourdieu (1998), em sua análise das relações de poder e dominação, oferece uma perspectiva crítica sobre como a colonialidade do poder permeia as estruturas políticas de sociedades pós-coloniais. A partir de Bourdieu, podemos entender que o modelo democrático imposto é um reflexo da violência simbólica que perpetua a exclusão dos saberes e práticas locais, já que os sistemas de governança tradicionais e os modos de participação política indígenas são marginalizados. No caso de Moçambique, a implementação de uma democracia ocidental não apenas desconsidera as formas de organização política que existiam antes da colonização, mas também impõe uma ideia de "cidadania" que não é adequada à realidade do país, onde o Estado continua a ser visto como uma entidade externa e distante da vida cotidiana da população.

Em relação à estrutura política moçambicana, Santos (2009) sugere que a democracia representativa adoptada após os Acordos de Paz de 1992, e que prevalece até hoje, representa uma "democracia sem povo". Esse tipo de democracia, segundo o autor, não responde de maneira eficaz às necessidades e demandas dos cidadãos, especialmente das populações rurais e das comunidades marginalizadas. Ao invés de ser um sistema inclusivo e representativo, a democracia formal no país reflecte um modelo de governo que continua a ser em grande parte controlado pelas elites políticas, um reflexo claro da colonialidade do poder que persiste nas estruturas do Estado pós-colonial.

O impacto dessa colonialidade da democracia é evidente na relação entre o Estado e os cidadãos, especialmente no que diz respeito à participação política. Em muitos países

africanos, como Moçambique, as eleições se tornaram um ritual político sem uma verdadeira conexão com as práticas democráticas de base. Mignolo (2011) critica a forma como o processo democrático é apresentado como universal, quando na realidade é uma construção cultural e histórica específica do Ocidente. Para ele, essa universalização da democracia representa uma imposição cultural, uma vez que a democracia, tal como ela é praticada no Ocidente, não leva em consideração os saberes locais, as tradições e as práticas comunitárias que, para os povos africanos, são a base de sua organização política.

No caso de Moçambique, a centralização do poder e a presença de uma forte partidarização da política mostram como a democracia, embora apresentada como um modelo plural, tem sido usada para reforçar a estrutura de poder que favorece os grupos dominantes. A crítica de Bauman (2005) sobre a "liquidez" das democracias contemporâneas também se aplica ao contexto moçambicano, onde a democracia é marcada por uma fluidez nas relações de poder que, muitas vezes, esvazia as promessas de inclusão social e participação efetiva. A ideia de uma democracia sólida e estável é desafiada pela realidade de um sistema que favorece os interesses das elites em detrimento da população em geral, especialmente dos segmentos mais marginalizados.

Dessa forma, a colonialidade da democracia em Moçambique revela um paradoxo profundo: por um lado, o país adota formalmente o modelo democrático, mas, por outro, continua a ser regido por estruturas de poder que são produto direto da colonização. A democracia liberal, com sua ênfase na participação eleitoral, não aborda as questões estruturais de pobreza, exclusão social e falta de acesso ao poder das populações. Segundo Santos (2009), a democracia deve ser reinterpretada para que possa realmente responder aos desafios contemporâneos de África, incluindo o caso de Moçambique. Para que o modelo democrático seja legítimo e efetivo, ele precisa ser reconstruído a partir de uma epistemologia decolonial, que considere as realidades e as culturas locais.

A crítica à colonialidade da democracia também está relacionada com a necessidade de repensar as formas de governança em África, considerando as práticas políticas tradicionais que existiram antes da colonização. Muitas dessas formas de organização eram baseadas em princípios de participação direta e de tomada de decisão coletiva, características que ainda são visíveis em algumas comunidades africanas, mas que foram amplamente suprimidas pelos modelos coloniais. Para Bauman (2005), a liquidez política que caracteriza a democracia moderna também é uma característica da democracia pós-colonial em Moçambique, onde o poder parece se deslocar constantemente, sem nunca alcançar uma forma de legitimidade verdadeira e estável.

Portanto, a colonialidade da democracia em Moçambique não se limita a uma crítica ao modelo político em si, mas também envolve um chamado a uma reconstrução profunda das formas de governança, levando em consideração as epistemologias do Sul e os saberes locais que foram desvalorizados e silenciados pelo processo colonial. Para que o país possa superar as limitações da democracia importada e alcançar um modelo mais inclusivo e representativo, é necessário um movimento de descolonização do poder político, que permita a construção de uma democracia realmente conectada às necessidades e realidades dos cidadãos moçambicanos.

3. A RELEVÂNCIA DA DECOLONIALIDADE PARA A CONSTRUÇÃO DE MODELOS DE GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA EM MOÇAMBIQUE

A decolonialidade, como proposta teórica, constitui uma ferramenta crucial para compreender as limitações dos modelos de governança democrática em países pós-coloniais, como Moçambique. A decolonialidade não se restringe apenas ao estudo das estruturas políticas e sociais, mas também busca dismantelar as epistemologias coloniais que ainda informam as práticas de governança. Segundo Mignolo (2007), a decolonialidade é um processo que visa a reinvenção dos saberes e práticas políticas que foram subjugados e marginalizados pelo colonialismo. Para ele, a construção de modelos de governança que sejam verdadeiramente democráticos em contextos africanos só será possível quando se levar em consideração as epistemologias do Sul, que são profundamente enraizadas nas práticas culturais, sociais e políticas indígenas, em vez de simplesmente adoptar modelos de governança importados do Ocidente.

A crítica de Mignolo (2007) à imposição de modelos ocidentais de democracia em África é compartilhada por autores como Santos (2009), que argumenta que, ao adoptar modelos de governança importados, os países africanos, como Moçambique, não apenas perpetuam a colonialidade do poder, mas também ignoram a riqueza cultural e política que as tradições locais oferecem. Em seu livro "A Gramática do Tempo", Santos (2009) discute como as estruturas de governança nas sociedades africanas antes da colonização eram baseadas em sistemas de participação direta e coletiva, nos quais a comunidade tinha um papel central na organização política e social. Para ele, a democracia, tal como é conhecida no Ocidente, tende a ser um conceito restrito e alienante, que não reconhece as formas de organização política coletivas que ainda existem em diversas comunidades africanas, como em Moçambique.

Essa crítica à democracia ocidental é também uma forma de questionamento da modernidade. O modelo de democracia representativa adoptado em Moçambique, e em muitos outros países pós-coloniais, reflecte o que Bauman (2005) chama de uma "modernidade líquida", ou seja, um sistema onde as estruturas políticas e sociais são frágeis, instáveis e constantemente em transformação, mas sem conseguir entregar as promessas de inclusão e justiça social. O autor afirma que a introdução de modelos democráticos ocidentais frequentemente desconsidera a diversidade cultural e as experiências históricas dos povos, o que resulta em uma "democracia sem povo", onde a participação política é limitada e a exclusão social se torna um aspecto estrutural da governança.

De acordo com Bourdieu (1998), a violência simbólica é um dos principais mecanismos que perpetuam a colonialidade da democracia. A adoção de modelos de governança de fora, sem uma verdadeira integração das culturas locais, cria um hiato entre as instituições políticas e a população, uma vez que as práticas e os valores tradicionais de organização social são sistematicamente desconsiderados ou deslegitimados. Em Moçambique, como em muitos outros países africanos, o modelo democrático que foi instituído após a independência tem sido marcado pela centralização do poder e pela marginalização das formas tradicionais de participação política. Essa centralização reforça a exclusão de grandes parcelas da população que continuam a ser governadas por sistemas que, em sua origem, não nasceram das experiências históricas e culturais dos moçambicanos, mas foram impostas por potências coloniais e suas alianças com elites locais.

Para além da crítica aos modelos de governança importados, a decolonialidade oferece alternativas e perspectivas para a construção de um modelo democrático em Moçambique que seja mais alinhado com as realidades e as necessidades da população. Essa construção demanda uma revisão profunda das estruturas de poder e uma análise crítica das relações entre o Estado e os cidadãos. Para tanto, é fundamental que se reconheça a diversidade cultural e as práticas de governança indígenas, muitas das quais baseadas na ideia de democracia direta e na tomada de decisões coletivas. Como argumenta Santos (2009), essas formas de participação são mais representativas das necessidades e realidades dos povos africanos do que as estruturas hierárquicas que prevalecem nas democracias representativas. A decolonialidade, nesse sentido, busca uma recuperação dessas práticas, resgatando-as como alternativas viáveis à democracia representativa moderna, que em muitos contextos, como em Moçambique, falha em cumprir suas promessas.

O modelo de governança que emerge dessa perspectiva decolonial é, portanto, um modelo que não apenas questiona a legitimidade da democracia ocidental, mas também oferece alternativas concretas para a construção de um sistema de governança mais inclusivo e representativo. Segundo Mbembe (2015), as sociedades africanas devem ser entendidas como "sociedades de governança múltipla", onde várias formas de organização política e social coexistem e são complementares, ao invés de serem subordinadas a um único modelo de governo. A proposta é que a democracia no contexto africano não deve ser uma cópia do modelo ocidental, mas uma construção que parta da reconstrução das práticas de participação política existentes nas sociedades locais.

Além disso, para que a construção de um modelo democrático decolonial seja bem-sucedida, é necessário que se promova uma educação decolonial, que incentive os cidadãos a questionarem as formas de governança que foram impostas ao longo da história. Bhabha (1994) argumenta que a decolonialidade deve ser entendida como um processo educacional que visa descolonizar não apenas as instituições políticas, mas também as mentes das pessoas, a fim de que elas possam se engajar ativamente na construção de uma nova forma de governança que seja mais justa, igualitária e representativa.

Portanto, a relevância da decolonialidade para a construção de modelos de governança democrática em Moçambique está em sua capacidade de reconstruir o conceito de democracia de forma a incluir as práticas culturais locais e os saberes indígenas, os quais foram historicamente marginalizados pelos modelos ocidentais de governança. Somente por meio dessa reinvenção, será possível criar uma democracia verdadeira e legítima, que seja capaz de enfrentar os desafios contemporâneos e atender às necessidades da população moçambicana.

A implementação de modelos democráticos decoloniais em Moçambique enfrenta desafios significativos, muitos dos quais são derivados das heranças coloniais e das estruturas de poder estabelecidas durante o período pós-independência. A decolonialidade, ao questionar a legitimidade dos modelos democráticos importados, sugere alternativas que, embora promissoras, encontram dificuldades no processo de adaptação e aplicação em um contexto social e político marcado por desigualdades estruturais e pela perpetuação da colonialidade do poder. Segundo Mignolo (2007), um

dos maiores desafios da implementação de uma democracia decolonial é a resistência das elites políticas locais, que frequentemente continuam a adotar práticas coloniais, pois essas práticas lhes conferem poder e privilégios. Em Moçambique, como em outros países africanos, a persistência de uma elite política que tem suas raízes na herança colonial dificulta a criação de um sistema verdadeiramente democrático, pois muitas dessas elites são as responsáveis pela manutenção de práticas autoritárias e pela marginalização das vozes populares.

Um desafio adicional está na fragilidade das instituições democráticas no país, que, como argumenta Santos (2018), são muitas vezes instrumentos do poder centralizado, em vez de serem espaços que promovem a participação cidadã e a inclusão social. Para o autor, a democracia em Moçambique ainda está distante de um modelo que efetivamente integre as diversas formas de saber e de participação das comunidades locais. Isso reflete um problema estrutural que impede a democratização real das instituições políticas. Em seu estudo, Santos (2009) descreve que as instituições democráticas ocidentais que foram implementadas em muitos países africanos não apenas são inadequadas para as realidades locais, mas frequentemente reproduzem uma hierarquia de poder que exclui a participação popular de uma maneira efetiva e substantiva.

Outro desafio importante é o processo de educação decolonial, que é fundamental para criar uma conscientização crítica e transformar a estrutura de governança. Bhabha (1994) aponta que a educação decolonial não se limita apenas a um processo de descolonização formal das instituições educacionais, mas também deve envolver uma transição simbólica, em que as formas tradicionais de saber sejam reconhecidas e valorizadas. Em Moçambique, a educação formal foi estruturada de maneira a refletir os valores e práticas coloniais, e, portanto, a transformação educacional para um modelo decolonial encontra uma resistência considerável. Essa resistência não vem apenas das estruturas de poder existentes, mas também de um sistema educacional que, por muito tempo, deslegitimou os saberes locais em favor de uma epistemologia ocidental. Santos (2009) reforça a ideia de que, para que a democracia decolonial tenha sucesso, é preciso romper com a lógica que exclui as formas de saber e governança tradicionais, permitindo que as vozes e práticas locais influenciem a construção do projeto político nacional.

A centralização do poder também constitui um grande obstáculo à democratização efetiva em Moçambique. Mbembe (2015) e Fanon (2008) discutem como a centralização do poder em países pós-coloniais leva à exclusão de grande parte da população do processo político, criando uma democracia apenas formal, mas sem efetividade prática. No caso de Moçambique, o controle centralizado por um número reduzido de elites políticas tem reforçado a ideia de uma democracia em que o povo tem um papel secundário, e as decisões políticas são tomadas sem a participação ativa da maioria da população. O modelo de governança proposto pela decolonialidade, que envolve formas de governança pluralista e participação direta, entra em choque com essas práticas de poder centralizado, criando uma tensão entre o ideário democrático e a realidade política.

Além disso, a desigualdade social continua a ser um obstáculo substancial à implementação de um modelo democrático decolonial. A colonialidade do poder criou estruturas de desigualdade profundamente enraizadas nas sociedades pós-coloniais, e a

redistribuição da riqueza e do poder continua sendo um desafio premente. Bourdieu (1998) destaca como a violência simbólica e as estruturas de poder continuam a moldar as relações sociais e políticas, sendo um dos maiores obstáculos à construção de uma verdadeira democracia. O acesso desigual a recursos e a oportunidades resulta em uma exclusão social sistemática, que limita a participação plena da maioria da população nos processos democráticos. Em Moçambique, as comunidades rurais e as minorias frequentemente se veem marginalizadas em um sistema político que não reflecte suas necessidades e que não dá espaço para suas formas de organização política.

No entanto, a decolonialidade oferece uma visão alternativa para resolver esses desafios. Como observa Mbembe (2015), a decolonialidade não visa apenas criticar as formas de poder existentes, mas também fornecer alternativas que sejam mais inclusivas, participativas e representativas. Isso envolve a promoção de uma governança pluriversal, onde as diversas formas de saber e de governança das comunidades locais são integradas ao sistema político nacional. Fanon (2008) também sugere que a verdadeira libertação política só será possível quando se romper com as estruturas coloniais de poder e se abra espaço para formas de participação política que sejam mais autênticas e representativas das experiências históricas e culturais das populações locais.

Portanto, a implementação de modelos democráticos decoloniais em Moçambique está longe de ser um processo simples e linear. A resistência das elites coloniais e a perpetuação das estruturas de desigualdade representam desafios significativos. No entanto, ao promover a educação decolonial, a descentralização do poder e a inclusão das formas tradicionais de saber e governança, é possível avançar em direção a um modelo de democracia que não apenas se baseie em valores universais, mas que também esteja enraizado nas realidades culturais e históricas de Moçambique. A decolonialidade oferece, portanto, uma chave de interpretação para entender e superar os desafios contemporâneos da democracia em Moçambique.

4. NOVAS PERSPECTIVAS E ALTERNATIVAS PARA UMA DEMOCRACIA DECOLONIAL EM MOÇAMBIQUE

As novas perspectivas para uma democracia decolonial em Moçambique estão profundamente enraizadas na rejeição das estruturas coloniais de poder e na promoção de alternativas políticas mais inclusivas e que respeitem a diversidade cultural e epistemológica do país. Uma das principais novas perspectivas envolve a descentralização do poder, uma proposta central na teoria decolonial que visa dar mais autonomia e voz às comunidades locais e às suas formas próprias de organização social e política. Mignolo (2007) e Santos (2018) destacam que um sistema democrático decolonial deve ser capaz de incorporar as múltiplas formas de saber e de governança presentes nas diversas comunidades, respeitando as tradições locais e promovendo a diversidade de expressões políticas. Para tanto, é essencial que a democracia em Moçambique não se limite ao modelo ocidental importado, mas seja construída a partir da realidade sociocultural do país, com base na autonomia local e na autodeterminação das comunidades.

A governança pluriversal, proposta por Mbembe (2015) e Fanon (2008), oferece uma alternativa robusta à centralização do poder. A ideia central dessa proposta é que a democracia decolonial não deve se subordinar a um único modelo universal de governo,

mas sim adotar um enfoque que reconheça a pluralidade de formas de governança e as diversas realidades culturais e sociais. Isso implica em respeitar as práticas de liderança local, os saberes tradicionais e as formas de organização que existem em diferentes regiões do país. O modelo de governança pluriversal envolve um diálogo intercultural, onde as comunidades podem expressar suas demandas e práticas políticas, sem a imposição de um único referencial epistemológico ou institucional. Bhabha (1994) sugere que essa pluralidade de saberes é fundamental para que a democracia decolonial seja eficaz, pois ela permite a criação de políticas públicas mais inclusivas e representativas das realidades locais.

Outro ponto importante nas novas perspectivas para a democracia decolonial em Moçambique é a transformação do sistema educacional. A educação é vista como uma ferramenta fundamental para a libertação e empoderamento das populações marginalizadas, sendo central na construção de um modelo democrático genuíno. Segundo Santos (200), a educação decolonial deve ser entendida como uma prática que visa não apenas a desconstrução dos modelos educacionais coloniais, mas também a construção de alternativas pedagógicas que valorizem os saberes tradicionais e os conhecimentos locais. A escola deve ser vista como um espaço de resistência onde as comunidades podem aprender e ensinar suas próprias histórias, suas culturas e suas formas de organização política. Isso implica, entre outras coisas, na inclusão dos saberes indígenas e na promoção de uma educação crítica que ajude os estudantes a questionarem as estruturas de poder e as distribuições de riqueza que perpetuam a colonialidade do poder.

A redistribuição da riqueza e a justiça social também são fundamentais para a construção de uma democracia decolonial em Moçambique. Como observa Bourdieu (1998), as desigualdades estruturais são um dos maiores obstáculos à construção de uma democracia efetiva. A democracia decolonial, portanto, deve ser comprometida com a redistribuição dos recursos e com a criação de um sistema económico mais justo, que promova a equidade e o acesso igualitário aos direitos fundamentais. Isso passa, necessariamente, pela descentralização económica, pela inclusão social e pela melhoria das condições de vida das populações mais vulneráveis, que são frequentemente excluídas do processo democrático. Mbembe (2015) afirma que a verdadeira libertação só ocorrerá quando houver uma mudança radical nas estruturas económicas que perpetuam a desigualdade e a exclusão social.

Por fim, uma das novas perspectivas para a democracia decolonial em Moçambique envolve a criação de novas formas de participação política. Fanon (2008) argumenta que a democratização do poder exige a participação ativa da população em processos decisórios que vão além das eleições formais. Para que a democracia decolonial seja verdadeira, ela deve permitir a participação direta e contínua da população na definição das políticas públicas e na gestão dos recursos. Isso pode ser alcançado por meio de consultas populares, assembleias comunitárias e outras formas de participação direta nas decisões políticas, permitindo que a população exerça um controle efetivo sobre as políticas do governo. Bhabha (1994) também sugere que essas formas de participação popular são essenciais para criar uma democracia plural e dinâmica, onde as diferentes vozes e experiências sejam ouvidas e respeitadas.

Portanto, as novas perspectivas para uma democracia decolonial em Moçambique devem buscar alternativas que rompam com as estruturas coloniais e promovam um modelo mais inclusivo, participativo e justo. Ao integrar as diversas formas de saber, garantir a justiça social e promover novas formas de participação política, Moçambique pode avançar para um sistema democrático que seja verdadeiramente autêntico, representativo e transformador. A decolonialidade oferece, assim, a chave para a construção de uma democracia que seja mais fiel às necessidades e desejos da população moçambicana, e que respeite as realidades históricas, culturais e epistemológicas do país.

5. PERCURSO METODOLÓGICO

O presente estudo adopta uma abordagem qualitativa e bibliográfica para investigar a falácia da democracia importada em Moçambique, com foco nas implicações da colonialidade do poder e nas possibilidades de uma governança mais legítima por meio das Epistemologias do Sul. A escolha dessa abordagem deve-se à necessidade de compreender profundamente as relações entre os conceitos de democracia, colonialidade e epistemologias alternativas, além de examinar as formas de governança que emergem das realidades locais, muitas vezes marginalizadas pelo modelo político ocidental.

A pesquisa foi conduzida a partir de uma análise crítica das obras teóricas e académicas que discutem a relação entre colonialidade, democracia e epistemologias decoloniais. Para tanto, foram selecionados textos de autores que exploram essas questões no contexto da África, com ênfase na realidade moçambicana.

A metodologia adoptada segue as diretrizes de uma revisão bibliográfica analítica, com foco na seleção de fontes que dialogam diretamente com os temas centrais da pesquisa, como colonialidade, modelos de democracia, e alternativas decoloniais. Esse processo envolveu a leitura crítica de artigos, livros, teses e dissertações, além de documentos que discutem práticas de governança em contextos pós-coloniais e as perspectivas de políticas públicas em países africanos.

A análise das obras teóricas foi complementada com uma reflexão sobre a realidade sociopolítica de Moçambique, considerando a implementação do modelo democrático ocidental após a independência do país. Para isso, foram incorporadas análises históricas sobre o impacto da colonização nas estruturas de governança e as transformações ocorridas com a transição para a independência. A pesquisa também levou em consideração os desafios contemporâneos enfrentados pelo país, como a marginalização de sistemas tradicionais de governança, a crise de legitimidade das instituições democráticas e a resistência das populações locais a modelos de governança impostos externamente.

No desenvolvimento deste estudo, procurou-se construir uma interpretação teórica que conectasse os conceitos académicos com as experiências vividas pelas comunidades moçambicanas. Para tanto, a pesquisa buscou dialogar com as práticas locais de governança, como os conselhos de anciãos e as lideranças comunitárias, que ainda desempenham papéis fundamentais na organização social e política do país.

Em termos de procedimentos metodológicos, a análise dos textos selecionados foi realizada com base em uma abordagem hermenêutica, buscando entender os significados subjacentes aos conceitos decoloniais e como esses se aplicam ao contexto moçambicano. Além disso, a pesquisa se orienta por uma perspectiva crítica, visando não apenas a descrição das práticas existentes, mas também a proposição de alternativas que promovam uma governança mais inclusiva e alinhada com as realidades locais.

Assim, o percurso metodológico deste estudo é centrado na revisão bibliográfica de obras académicas essenciais e na análise crítica das implicações políticas e sociais da colonialidade do poder em Moçambique. A combinação dessas abordagens permite construir um quadro teórico robusto, que, ao mesmo tempo, reconhece as limitações dos modelos democráticos ocidentais e propõe caminhos para uma democracia mais representativa e decolonial, ancorada nas epistemologias do Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da democracia em Moçambique a partir de uma perspectiva decolonial revelou que o modelo político adoptado pelo país ainda carrega resquícios da colonialidade do poder, dificultando a plena emancipação das estruturas governativas. Como demonstrado ao longo desta pesquisa, a democracia moçambicana se insere em um contexto de imposição de modelos políticos ocidentais, sem considerar as especificidades culturais e históricas do país. Essa democracia importada, ao invés de garantir participação popular plena, muitas vezes perpetua desigualdades estruturais e mantém uma elite política no controle do Estado.

A colonialidade do poder, conceito central nesta pesquisa, evidencia como as relações políticas, sociais e económicas continuam sendo estruturadas sob uma lógica herdada do colonialismo. A perpetuação desse modelo reforça estruturas de dependência e impede o desenvolvimento de alternativas democráticas que realmente atendam às necessidades do povo moçambicano. Assim, a crítica à colonialidade do poder deve ser central para qualquer proposta de reformulação do sistema democrático.

A epistemologia do Sul, surge como uma alternativa essencial para a desconstrução da democracia importada. Compreende-se que a construção de um sistema democrático eficaz em Moçambique deve partir do reconhecimento das experiências e saberes locais, valorizando formas de participação política que não se limitem ao sufrágio universal, mas que incorporem mecanismos comunitários de deliberação e governança. Portanto, a luta por uma democracia verdadeiramente decolonial passa pela ampliação das instâncias participativas e pelo fortalecimento das estruturas políticas tradicionais, como os conselhos comunitários.

A crítica à democracia importada também revela a necessidade de uma revisão estrutural no sistema educacional. Assim, um dos desafios fundamentais para a construção de uma democracia decolonial em Moçambique é a reformulação dos currículos escolares, incluindo perspectivas africanas e promovendo um pensamento político crítico que permita a população compreender sua própria história e suas possibilidades de participação política ativa. Além disso, a justiça social e a redistribuição da riqueza foram apontadas como elementos essenciais para a transformação democrática. As desigualdades económicas representam um dos maiores obstáculos à participação democrática plena, pois impedem que setores marginalizados da sociedade tenham voz ativa nas decisões políticas. A experiência moçambicana mostra que, apesar da formalização de um regime democrático, as desigualdades persistentes limitam o acesso de muitos cidadãos a mecanismos reais de participação. A democratização económica, portanto, deve ser vista como um elemento fundamental da reforma democrática, permitindo que os benefícios do desenvolvimento sejam distribuídos de maneira mais equitativa.

Por fim, a pesquisa demonstrou que a democracia decolonial em Moçambique não deve ser vista como uma simples adaptação do modelo ocidental, mas sim como uma reconstrução profunda das estruturas de governança a partir das realidades locais. Esse modelo enfatiza a necessidade de diálogo intercultural e da construção de instituições que respeitem as formas locais de governança, sem impor padrões exógenos que não condizem com as realidades do país.

Assim, a superação da falácia da democracia importada e a construção de um modelo político verdadeiramente decolonial exigem uma transformação profunda das estruturas de poder, incorporando saberes locais, promovendo a justiça social e garantindo a participação efetiva da população nas decisões políticas. Somente por meio dessa abordagem será possível consolidar um sistema democrático que não apenas rompa com a colonialidade do poder, mas que também seja capaz de oferecer respostas concretas aos desafios contemporâneos de Moçambique.

Bibliografia

Bauman, Z. (2005). **Liquid democracy**. Cambridge: Polity Press.

Bhabha, H. (1994). **The location of culture**. Routledge.

Bourdieu, P. (1998). **La domination masculine**. Paris: Seuil.

Fanon, F. (2008). **The wretched of the earth**. New York: Grove Press.

Mbembe, A. (2015). **Critique of Black Reason**. Durham: Duke University Press.

Mignolo, W. (2007). **The idea of Latin America**. Durham: Blackwell Publishing.

Mignolo, W. (2011). **The darker side of western modernity: Global futures, decolonial options**. Durham: Duke University Press.

Quijano, A. (2000). **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: *Periferias do poder: Colonialidade, soberania e globalização*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana.

Santos, B. de S. (2009). **A gramática do tempo: Para uma nova cultura política**. São Paulo: Editora Cortez.

Santos, B. de S. (2018). **A justiça social na globalização**. Coimbra: Almedina.